

nos restaurantes, lanchonetes, bares e congêneres. Foi relator o Deputado Estevam Galvão com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 12 - Projeto de lei nº 946/2017, de autoria do Deputado Chico Sardelli, que acrescenta o item 3 ao § 4º do artigo 5º da Lei nº 6.374, de 1989, que isenta do pagamento de ICMS a aquisição de caminhão de plataforma (guincho) por empresas que realizam auto socorro e/ou remoção de veículo. Foi relator o Deputado Dirceu Dalben com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Ricardo Mellão. Item 13 - Projeto de lei nº 384/2018, de autoria do Deputado Chico Sardelli, que dispõe sobre a assistência jurídica integral e gratuita aos guardas municipais que, no exercício de suas funções, se envolvam ou sejam implicados em casos que demandem tutela jurídica, seja judicial ou extrajudicial. Foi relator o Deputado Ricardo Mellão com voto favorável, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR. Concedida vista ao Deputado Alex de Madureira. O Deputado Paulo Fiorilo solicitou a suspensão dos trabalhos por 2 minutos. Reaberta a reunião e verificado quórum regimental, deu-se prosseguimentos aos trabalhos. Item 14 - Projeto de lei nº 511/2018, de autoria do Deputado Chico Sardelli, que altera a redação do Parágrafo único da Lei nº 16.111, de 2016, adicionando recursos para a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento com a disciplina de LIBRAS para as Guardas Municipais. Foi relator o Deputado Ricardo Mellão com voto favorável. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 15 - Projeto de lei nº 241/2019, de autoria da Deputada Monica da Bancada Ativista e outros, que estabelece critérios para concessão e manutenção de benefícios fiscais do Estado. Foi relator o Deputado Paulo Fiorilo com voto favorável ao PL 241/19 e contrário ao PL 301/19. Concedida vista conjunta ao Deputado Alex de Madureira e ao Deputado Estevam Galvão. Item 16 - Projeto de lei nº 251/2019, de autoria do Deputado Sargento Neri, que institui o sigilo de dados de vítimas, testemunhas e policiais. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 17 - Projeto de lei nº 481/2019, de autoria do Deputado Rodrigo Gambale, que simplifica a obtenção de segunda via do Certificado de Registro de Veículo. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Paulo Fiorilo. Item 18 - Projeto de lei nº 541/2019, de autoria do Deputado Delegado Olim, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com pátios de carros particulares. Foi relator o Deputado Estevam Galvão com voto favorável. Concedida vista ao Deputado Estevam Galvão. Item 19 - Processo RGL nº 5476/2010, de interesse do TCE, que julgou irregular os contratos celebrados entre a Secretaria dos Negócios da Segurança Pública e os Consórcios SGM-TAIT e Motorola Digital. Foi relator o Deputado Estevam Galvão com voto que ratifica manifestação anterior, de sua autoria, que solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, para ciência da rescisão do julgado anterior, reputando regulares o pregão presencial internacional e os contratos dele decorrentes. Concedida vista conjunta ao Deputado Delegado Olim e ao Deputado Estevam Galvão. Item 20 - Processo RGL nº 582/2017, de interesse do TCE, que julgou irregular o pregão presencial celebrado entre a Secretaria da Segurança Pública-Polícia Militar do Estado de São Paulo - Centro de Suprimento e Manutenção de Material de Intendência e a empresa Capricórnio S.A. Foi relator o Deputado Estevam Galvão com voto que reconhece a decisão do TCE e, uma vez que o contrato encontra-se exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos. Concedida vista ao Deputado Estevam Galvão. Item 21 - Processo RGL nº 5053/2018, de interesse do TCE, que julgou irregulares o contrato e os termos aditivos celebrados entre a Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São Paulo-ARSESP e o Centro Abрил de Pesquisa Pública e Privada Ltda.-ME, e julgada procedente a representação formulada pela empresa Mark Sistemas de Informações e Informática Ltda. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos atos. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 23 - Processo RGL nº 3626/2019, de interesse do TCE, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública - Departamento de Polícia Judiciária da Capital-DECAP e a empresa CHEFF Grill Refeição Express Ltda. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos. Concedida vista ao Deputado Alex de Madureira. Item 24 - Processo RGL nº 5210/2019, de interesse do TCE, que julgou irregulares o pregão eletrônico, a ata de registro de preços, a ordem de serviço e a execução contratual celebrada entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Esdeva Indústria Gráfica S/A. Foi relator o Deputado Delegado Olim com voto que concorda com a decisão do TCE e, uma vez que o contrato se encontra exaurido, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos. Aprovado como parecer o voto do relator. Item 25 - Requerimento CFOP nº 3/20, do Deputado Wellington Moura, para convocação do Senhor Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário de Estado de Projetos, Orçamento e Gestão, a fim de que preste a esta Comissão informações detalhadas sobre o PL 529/20, que estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá providências correlatas. Justificativa resumida: Lamentavelmente, temos que apresentar este novo requerimento, desta feita para convocação do Senhor Secretário, uma vez que não houve resposta até a presente data do convite a ele efetuado, objeto do requerimento aprovado por unanimidade na última reunião da CFOP, em 01/09/20. O Senhor Presidente comunicou que iria retirar de pauta o presente requerimento, por perda de objeto, já que o Senhor Secretário aceitou o convite da Comissão e irá participar da reunião da CFOP no próximo dia 22, às 15h00. Manifestaram-se a respeito os Deputados Tenente Nascimento, Alex de Madureira e Paulo Fiorilo. PARA CIÊNCIA: - Mensagem eletrônica recebida do Senhor Evaristo Fagundes Ciambarella com sugestão legislativa a respeito do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). O Deputado Paulo Fiorilo solicitou que fosse encaminhando a ele o inteiro teor desse documento. O Senhor Presidente solicitou à Secretaria da Comissão que enviasse a todos os membros. - Ofício 139/20 da Câmara de Jundiaí, encaminhando a Moção 327/20 de autoria do Vereador Antonio Carlos Albino, que 'repudia o Decreto 65.021/2020, que dispõe sobre a declaração de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado e dá providências correlatas'. - Ofício 2551/20 da Câmara de Americana, encaminhando a Moção 301/20 de autoria do Vereador Alfredo Ondas, que "repudia o Decreto 65.021/2020, que dispõe sobre a declaração de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado e dá providências correlatas". Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, Ana de Campos Meneguizzi, Analista Legislativo, lavrei e assinou após sua Excelência. Aprovada em reunião de 15/09/2020, às 16h55.

Deputado Wellington Moura
Presidente
Ana de Campos Meneguizzi
Secretária

Debates

14 DE SETEMBRO DE 2020 56ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, RICARDO MELLÃO, CARLOS GIANNAZI e GIL DINIZ

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - JANAINA PASCHOAL
Para comunicação, manifesta gratidão aos que participaram de evento, nesta Casa, para debate a respeito da adoção de bebês.
3 - RICARDO MELLÃO
Enaltece a função fiscalizatória atribuída aos parlamentares. Lembra que fizera requerimento de informação ao governo estadual, em maio, mas somente respondido em setembro. Crítica contrato para aquisição de máscaras, rescindido em razão da falta de capacidade da empresa. Acrescenta que atividade de produção de móveis constava de contratação para fornecimento de aventais. Reitera que deve levar a efeito a fiscalização dos atos do Governo do Estado.
4 - RICARDO MELLÃO
Assume a Presidência.
5 - CORONEL TELHADA
Informa que submetera-se à cirurgia na última sexta-feira. Lista e parabeniza municípios que aniversariaram neste final de semana. Afirma que hoje comemora-se o Dia do Cavallo. Tece considerações sobre atividades do grupo PDO - Parlamentares em Defesa do Orçamento. Conclui que a fiscalização favorecera a economia de 608 milhões de reais. Clama pela conclusão de obras da Linha 6 - Laranja, do Metrô. Lamenta o falecimento do cabo Ulisses Pereira Neto, vitimado pela Covid-19. Crítica o Governo do Estado por medida que prejudica a atividade profissional de despachantes.
6 - GIL DINIZ
Crítica convenção do PSDB e o governador João Doria. Afirma que a sigla é odiada na periferia da capital. Clama ao PSL que repense a candidatura de Joice Hasselmann, à prefeitura de São Paulo. Afirma que o Partido da Social Democracia Brasileira deve ser derrotado na próxima eleição municipal.
7 - CARLOS GIANNAZI
Crítica a SPPrev por não atualizar o sistema de informação, o que impossibilita o acesso a aposentadorias. Argumenta que tem recebido reclamações de professores, quanto ao tema. Manifesta-se contra o Decreto 65.021, que autoriza descontos em proventos de aposentados e de pensionistas. Informa que deve acionar o Ministério Público e o Tribunal de Contas.
8 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
9 - GIL DINIZ
Lamenta o falecimento do cantor Parrerito, do Trio Parada Dura. Rebate mensagem do escritor Paulo Coelho, publicada em rede social, a defender o boicote à exportação de produtos brasileiros. Clama por consciência, responsabilidade e aceitação do resultado das eleições presidenciais.
10 - GIL DINIZ
Assume a Presidência.
11 - CARLOS GIANNAZI
Anuncia que deve ser realizado, na próxima quarta-feira, em frente à esta Casa, ato contra o PL 529/20. Acrescenta que cerca de 60 entidades devem participar da manifestação. Defende a manutenção da Furp, e não a construção de nova fábrica para a produção de vacina contra a Covid-19. Enaltece o valor do Oncocentro, da Ciência e da Pesquisa.
12 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
13 - PRESIDENTE GIL DINIZ
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 15/09, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.
Pequeno Expediente. Oradores inscritos.
A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem, Sra. Deputada.
A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Para uma breve comunicação.
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Por gentileza, Sra. Deputada.
A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - PARA COMUNICAÇÃO
- Primeiramente, queria dizer que fico feliz de ver V. Exa. já firme e forte aqui, conduzindo os nossos trabalhos.
Na verdade, hoje nem vou fazer o uso da palavra porque vou acompanhar o Colégio de Líderes, mas eu queria agradecer a todos aqueles que participaram, na manhã de hoje, por longas horas, debatendo como melhorar, como acelerar a adoção de bebês. Foram 12 palestrantes, cada um com uma visão diferente. Foi um debate muito plural, que eu acho que engrandece muito esta Casa.
Então, eu agradeço aos palestrantes, agradeço a todos os deputados - V. Exa., inclusive - que apoiaram a instalação dessa frente parlamentar e digo para a população de São Paulo e do Brasil que este foi apenas o primeiro ato. Nós seguiremos com esse trabalho, que é um trabalho muito importante para a dignidade das nossas crianças.
Muito obrigada, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, deputada Janaina Paschoal. Tenha uma boa reunião lá com os líderes. Obrigado pela atenção à minha pessoa.
Deputados inscritos. O primeiro deputado é o Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Ricardo Mellão. Faça o favor. Não, estou bem, fique tranquilo. Faça questão de ouvi-los, inclusive, o senhor, o deputado Gianrazi. É sempre bom ouvi-los. Fiquem à vontade, eu estou bem.
Muito obrigada pela atenção de todos.
O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos os servidores da Casa, boa tarde, deputados presentes.
Primeiro, queria dizer ao Coronel Telhada, feliz ao vê-lo de volta, após o procedimento cirúrgico. Desejo uma plena e excelente recuperação, porque você tem muito a somar aqui nesta Casa, com a sua presença diária aqui, nos plenários, fazendo o "Telhada News", que já é uma tradição da Casa. Esperamos vê-lo sempre disposto a continuar aqui o excelente trabalho que você faz e vem fazendo como parlamentar.

Eu queria hoje destacar algo. Dentro das funções que cabem a um deputado estadual, a que eu mais aprecio é a função fiscalizatória. Por quê? Porque ela depende apenas de cada um de nós.

Muitas vezes, quando nós apresentamos um projeto de lei, para ter um projeto nosso aprovado, nós dependemos dos outros deputados, de conversas, de convencimentos, e a gente sabe que, muitas vezes, há resistências a algumas pautas.

Agora, fiscalizar é algo que qualquer deputado poder fazer, independentemente ou não da disposição dos colegas. Por isso que reforço aqui esse trabalho que venho fazendo desde que assumi o meu mandato.

Dentro da função fiscalizatória, nós tivemos este ano uma pandemia, que gerou um decreto de calamidade, e, pelo decreto de calamidade, se permitiu que algumas contratações relacionadas ao combate à Covid-19 pudessem ser feitas por dispensa de licitação.

Desde que esse decreto foi publicado, e aqui chancelado, eu tenho feito um acompanhamento muito rigoroso de todos os gastos e contratações que o governo tem feito e enviado.

Toda vez que algo, ou alguma situação, ou alguma contratação, ou algum empenho, gera estranheza em mim e na minha equipe, nós fazemos requerimentos de informação, para solicitar um maior detalhamento daquela compra ou contratação.

Aqui eu queria destacar um fato de maio deste ano, quando enviamos um requerimento - mais propriamente no dia 12 de maio - e ele foi respondido apenas no dia 11 de setembro.

Ou seja, foram-se quatro meses para que nós tivéssemos os devidos esclarecimentos em relação a dois empenhos que foram feitos, de futuras compras que o Governo do Estado queria fazer para o combate à Covid-19, e entre elas existia aqui uma aquisição de 104 milhões e quatro mil reais, através de um contrato emergencial, para a compra de máscaras descartáveis.

Qual tinha sido a empresa? Já estava feita a nota de empenho para essa compra. A empresa Formed - Representação e Comércio de Equipamentos Médicos, Estéticos e Cosméticos LTDA. Quando nós vimos essa nota de empenho, até pelo valor envolvido, valor de 104 milhões de reais, nós resolvemos ver como era essa empresa, se ela teria condições mínimas para arcar com a encomenda que tinha sido feita.

Pela minha surpresa, nós constatamos que ela tinha registrado um capital social de 386 mil reais. Uma empresa de capital social de 386 mil reais teria condições de honrar um contrato de contratação de máscaras na ordem de 104 milhões de reais? Como isso não foi visto?

Com o requerimento respondido, nós descobrimos que essa nota de empenho acabou sendo cancelada, inclusive foi publicado o cancelamento dela no "Diário Oficial" no dia sete de julho de 2020.

Foi formalizada a rescisão desse contrato e, através das informações ali colocadas, eu não consegui descobrir o motivo, mas já imagino. Claramente uma empresa que não teria condições de honrar com o contrato dessa magnitude.

Aí eu te pergunto: antes de fazer uma contratação como essa, o Governo do Estado não faz o mínimo de análise para saber se uma empresa desse porte teria condições de arcar e honrar com um contrato de valor tão alto? Por que não fez isso antes?

Olha o tempo perdido, olha o prejuízo, ainda mais em uma situação que requer ação rápida e emergencial. Então, fica aqui a minha indagação. Evidentemente não iria honrar e nós já havíamos levantado esta suspeita em maio, vejamos só.

O segundo caso que nós destacamos aqui no mesmo requerimento é o da Dompel Indústria Plástica e Metalúrgica, que tinha sido feita a encomenda de aventais descartáveis no valor de 25 milhões e 800 mil reais.

Uma empresa com capital social de um milhão e meio, só que, quando você buscava mais informações sobre a empresa, descobria que, entre as sete atividades que a empresa possuía, cinco delas - e as cinco primeiras - estavam relacionadas à fabricação de móveis; ou seja, um objeto que nada tem a ver com aventais descartáveis.

Os dois últimos itens você tinha ainda atividades, uma para produção de cosméticos e outra para materiais hospitalares. Ou seja, uma empresa cuja grande especialidade - se você entrar no site, vai ver claramente - é a fabricação de móveis, iria honrar um contrato como esse, para avental descartável? Obviamente, o inevitável aconteceu.

Pela resposta que nos foi dada pelo requerimento de informação, a Dompel não efetuou nenhuma entrega, inclusive anexaram um e-mail no qual ela declinava a continuidade da avença em virtude da falta de matéria-prima para se fazer aventais descartáveis. Ou seja, outro caso que nós apontamos em maio, levantamos a suspeita e não foi honrado o contrato.

Então, o que eu te pergunto, apesar de, nas justificativas do Governo do estado de São Paulo, mostrar que se cumpriu a Lei nº 8.666, os requisitos que ela exige... Gente, é uma questão mínima de bom-senso.

Nós, a minha equipe enxuta, pequena, com quem eu trabalho no meu gabinete - compromisso que assumi em campanha -, conseguimos perceber isso: como o Governo do Estado, com toda a estrutura técnica que possui a Secretaria de Saúde, não conseguiu fazer a mesma análise?

O resultado, como eu mesmo mostrei: dois contratos que não foram honrados, desrespeitando o pagador de impostos e aquelas pessoas que mais precisavam desses itens para poder trabalhar diante de uma emergência como essa.

Então, quero reiterar aqui que estamos de olho, eu e minha equipe, em todas as compras que estão sendo feitas pelo Governo do Estado, porque cada real do pagador de impostos vale e a nossa missão é fiscalizar e vamos continuar fazendo com todo o afinco que é necessário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. Próximo deputado, deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Frederico d'Ávila. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.)

Solicitó ao deputado Ricardo Mellão que assuma a Presidência dos trabalhos para que eu possa fazer uso da palavra.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Ricardo Mellão.

* * *

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - Continuando aqui os trabalhos da presente sessão ordinária, eu convoco à tribuna V. Exa. Coronel Telhada - feliz em vê-lo bem disposto e com saúde - para fazer uso da palavra. Tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, todos os que nos assistem pela Rede Alesp, quero saudar aqui o cabo Peluco, em nome de quem saúdo a nossa Assessoria Policial Militar.

Quero iniciar aqui lembrando que, nesse final de semana, na última sexta-feira, eu não pude estar presente devido a estar sendo submetido a uma cirurgia, mas já estamos na luta novamente.

Na última sexta-feira, 11 de setembro, foi aniversário dos seguintes municípios: Marabá Paulista e Itapuí. No dia 12 de setembro, no sábado, foi o município de Jaguariúna e hoje, dia 14 de setembro, segunda-feira, é o dia do aniversário da querida cidade de Presidente Prudente.

A cidade de Presidente Prudente hoje completa 103 anos de emancipação. Foi emancipada em 1917, e o nome Presidente Prudente vem em homenagem ao presidente Prudente de Moraes, que foi um presidente do Brasil que havia morrido em 1902 e, em 1903, a cidade foi batizada com o nome dele.

Também lembrando que Prudente de Moraes foi o primeiro governador do estado de São Paulo. Telhada também é cultura, sempre bom lembrar essas coisas. Sempre bom lembrar esses pontos históricos.

Hoje, dia 14 de setembro, é um dia muito importante, que é o Dia do Cavallo. Para quem curte hipismo, as Armas de Cavalaria nas Forças Armadas, na Polícia Militar. Hoje é o Dia do Cavallo, um abraço a todos os amigos que trabalham com animais, com cavalos, o pessoal do hipismo, o pessoal da Cavalaria.

Está escrito que "quando os estribos se tocam, está feita a camaradagem". Um abraço a todos amigos da Cavalaria e um abraço a todos que trabalham e curtem essa área.

Queria lembrar que ouvi atentamente o discurso do amigo Ricardo Mellão, que falava de sua parte de fiscalização. Muito obrigado, continue assim. O PDO está à disposição do senhor também. Nós, os deputados do PDO - somos em 11 deputados -, só em duas ações nossas, deputado Ricardo Mellão, conseguimos economizar 608 milhões para os cofres públicos.

Na nossa primeira ação, constatamos um contrato irregular de 14 milhões, 190 mil reais, que seriam gastos em um milhão de aventais. A empresa que foi contratada era uma empresa de turismo. Como o senhor falou, como é que a gente pode averiguar isso aqui na Assembleia Legislativa e o governo não vê isso?

Depois, conseguimos - termo chulo - melar o chamamento, que já havia sido feito pelo governo, de 594 milhões, para serem alugados leitos particulares. Quinhentos e noventa e quatro milhões é muita grana. É muita grana. Eu não consigo nem imaginar que volume é esse de dinheiro.

Nós conseguimos provar, através de nossas vitórias em hospitais públicos, hospitais de campanha, que não estavam superlotados, como o governo anunciava. Era uma grande mentira. Era dinheiro que seria gasto indevidamente.

E graças a esses deputados do PDO, do grupo Parlamentares em Defesa do Orçamento, conseguimos, só nessas duas ações, economizar 608 milhões para o estado de São Paulo.

Pois bem, lembrando também, hoje, dia 14 setembro, em 1974, era inaugurada a Linha Azul do Metrô. Uma linha que fez com que a gente avançasse um pouquinho. Lembrando que estou sempre cobrando aqui o término, a continuação da Linha 6 do Metrô, que é a Linha Laranja, da Brasíliania. A Linha dos Estudantes.

Estamos cobrando. A última informação que tivemos foi em julho, que seriam retomadas as ações, os serviços junto à Linha Laranja. Solicitamos ao Governo do Estado que retome urgentemente a construção da Linha Laranja, porque é necessário para aquela parte da região da Freguesia do Ó, Brasíliania, zona norte. Naquele nosso lado, onde fomos criados. Urgentemente, que esteja em funcionamento a Linha Laranja do Metrô, a Linha 6 do Metrô.

Infelizmente, neste final de semana, perdemos mais um policial militar, morto de Covid. Jovem policial militar, o cabo Ulisses Pereira Neto. O cabo Ulisses Pereira Neto era do 50º Batalhão, na zona sul de São Paulo, e faleceu em virtude da doença. Estava há 23 anos na Instituição.

Deixa esposa e filhos, mas infelizmente não resistiu a mais essa doença. Um abraço a todos os amigos do 50º Batalhão, aos amigos da Polícia Militar e, em especial, à família enlutada do cabo Ulisses Pereira Neto.

Só para completar, Sr. Presidente, queria trazer um assunto que já falei outro dia. Devido ao nosso estado de pandemia, estado de calamidade pública que o estado de São Paulo está sofrendo - já acho que está na hora de acabar -, tenho recebido muita reclamação - creio que os deputados também têm recebido -, com relação aos despachantes.

O pessoal dos despachantes está desesperado. Por quê? Porque eles necessitam trabalhar. O que acontece? O estado de São Paulo, simplesmente, deixou de atender os despachantes ali na Armênia. Fez com que os despachantes passassem a ser atendidos pelo Poupatempo. E a função do Poupatempo não é essa.

A função do Poupatempo, como o nome diz, é fazer com que a população tenha agilidade, para que faça a sua documentação veicular. Com o fechamento da Unidade Armênia do Detran, houve um problema muito sério para os senhores despachantes. Permitam-me ler rapidamente:

"Os despachantes documentalistas do estado de São Paulo, que exercem a profissão reconhecida pela Lei nº 10.602, de 2002, questionam o fechamento das unidades do Detran, principalmente a Unidade Armênia, direcionando o atendimento da categoria pelos Poupatempos.

Como o próprio nome diz, o Poupatempo foi viabilizado para que a população poupe seu tempo, visto que o cidadão, em geral, procura esse serviço para resolver rapidamente sua documentação, mas o despachante, via de regra, representa diversos clientes com malotes de documentos, o que, certamente, congestionará as unidades.

Para o atendimento aos despachantes, deveria ser mantido o atendimento em local exclusivo, como vinha funcionando no Detran Armênia. Não se pode deixar de considerar que o contribuinte utiliza o serviço dos despachantes, muitas vezes por opção e, outras, por necessidade. Esse é o caso das grandes corporações, como bancos, seguradoras, locadoras, concessionárias, transportes, entre outros frotistas."

Ou seja, o governo Doria está indo na contramão de direção sobre a própria criação do Poupatempo. Ao invés de ajudar a população a poupar o tempo, está trazendo mais um empecilho para a população e para esses profissionais que são os despachantes.

Então, o que acontece? Está trazendo prejuízo à coletividade, está trazendo detrimento a uma categoria profissional que são os despachantes. E também, com a falta de divulgação prévia, configurou-se uma conduta sigilosa; parece que o governo está escondendo o que está fazendo.

É muito ruim tudo isso. E, principalmente, gerou um acúmulo de processos em emissão de documentação, que não está ocorrendo, gerando alto grau de insatisfação aos contribuintes.

Então, Sr. Presidente, eu solicito que cópias taquigráficas das minhas palavras sejam encaminhadas ao Sr. Governador do estado de São Paulo, para que reveja a situação dos Poupatempos, no que diz respeito... Que, primeiro, reabra todos os Poupatempos; e segundo, que reveja a situação dos despachantes, que precisam urgentemente de um local para serem devidamente atendidos, para que possam atender bem, sim, à população de São Paulo.

Então, os senhores despachantes contem com o nosso trabalho; e todos aqui de São Paulo contem com o nosso trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - Muito obrigado, Coronel Telhada. Reitero que as notas taquigráficas serão encaminhadas devidamente, conforme foi solicitado. E lhe passo aqui para reassumir a Presidência.

Com autorização do grande deputado Coronel Telhada, continuo os trabalhos aqui. Seguindo a lista de oradores inscritos, temos o deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. GIL DINIZ - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, presidente. Cumprimento todos os nossos assessores, os policiais militares e civis, quem nos acompanha pela Rede Alesp, deputado Giannazi.

Deputado Giannazi, vi a convenção do PSDB aqui em São Paulo: Bruno Covas, o governador João Doria, o vice-governador. Olha, tem que ter muita coragem, nessa campanha, para colocar o rosto no santinho ao lado do Doria. Queima o filme.

E eu não sei quais são os assessores, deputado Mellão, que estão passando ao prefeito esses números, de que ele está em primeiro lugar, de que ele vai levar tranquilamente essa eleição aqui em São Paulo. Porque eu lha, nós que andamos por toda a Capital, não só na região central, mas principalmente na periferia, o PSDB é odiado. Ninguém gosta do PSDB.

A gente ouve muito ainda... O PT ainda tem um capital político; PSOL tem ali a sua capilaridade. Mas o PSDB não. Talvez na USP, em algum grêmio estudantil; aquela "pelegada" ali adora a social democracia. Vão passar vergonha. E o pior, né: o Sr. Governador, para cavar a cova do Covas, diz que esse projeto de 2020 é visando 2022.

Parece que ele quer, mais uma vez, desafiar o presidente da República. Olha, eu acredito que o presidente vai vir, sim, vai apoiar um candidato aqui em São Paulo. E eu tenho certeza de que dessa vez a "tucanada", em São Paulo, não fica com a prefeitura.